ATA DA 78ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2020 DE FORMA VIRTUAL ATRAVÉS DO ZOOM. Ao décimo sexto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte, primeira reunião virtual em virtude do isolamento social exigido pela pandemia, realizou-se a 78º sessão do Fórum Estadual de Educação do Estado de São Paulo. O Coordenador Geral, Leandro Alves Oliveira, abriu a reunião saudando a todos e a todas, informou que esteve representando o Fórum em duas atividades virtuais nos últimos dias, na posse da diretoria da APASE e na audiência pública organizada pelo mandato da Presidenta da Comissão de Educação da ALESP, Prof. Bebel, "A pandemia da COVID-19 e seus impactos nos vestibulares das universidades paulistas", e anunciou a pauta, que fora enviada por e-mail, e conta com os seguintes pontos: 1) Palestra e debate com o Professor Heleno Araújo Filho, Presidente da CNTE – "Educação em tempos de pandemia, FUNDEB e EaD"; 2) Apresentação de Dados do DIEESE com relação ao FUNDEB e debates com Thiago Fontes; 3) Solicitações feitas junto ao FEESP; 4) Encaminhamentos; 5) Próxima reunião. Aprovada a pauta, com a inclusão de discussão a respeito do levantamento sobre a avaliação dos Planos Municipais de Educação, deu-se início o primeiro ponto. **1 – Palestra e debate com Heleno Araújo Filho, Presidente da CNTE – "Educação em tempos de pandemia, FUNDEB e EaD"** – Após sua saudação inicial, Heleno Araújo Filho realizou uma análise de conjuntura do momento atual, destacando a falta de uma coordenação nacional para enfrentamento da situação e a visão negativa internacional com relação ao Brasil, bem como a falta de condições de grande parte da população em efetivar o isolamento social, e que o enfretamento da pandemia está trazendo à tona a necessidade de defesa do Estado e o questionamento ao Estado neoliberal. Relembrou que, após o Golpe de 2016, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional 95 (teto de gastos), informando da existência de uma coalisão nacional pela revogação desta Emenda Constitucional. Alertou pela possibilidade real do fim do FUNDEB com a proposta

do Governo Federal pelo fim da vinculação de recursos para a Educação e pela instituição dos *vouchers*. Além disso, relatou que a ajuda emergencial aos Estados e Municípios por parte da União está vinculada ao congelamento dos vencimentos dos servidores públicos. Apontou também as mudanças, por decreto do Governo Federal, no Conselho Nacional de Educação, dando a ele um caráter mais privatista na defesa da EaD em substituição à formação inicial presencial dos professores e da defesa de "pacotes de EaD" a serem vendidos aos Estados e Prefeituras. Aproveitou e pediu que acessassem as redes sociais da CNTE para conhecer e divulgar os documentos construídos a respeito da Educação em tempos de pandemia. Defendeu a votação do novo FUNDEB ainda este ano, para não haver prejuízos aos Municípios e suas respectivas redes de ensino e a inclusão de recursos novos para a sua composição, desta vez, permanente, sendo contrário à inclusão de *vouchers*, como o Partido Novo deseja. Encerrando sua fala inicial, colocou-se a favor do repasse de recursos emergenciais às redes estaduais e municipais de ensino para equacionar a perda de arrecadação, principalmente do ICMS, além de uma discussão com as diversas categorias da Educação acerca de medidas para o retorno às aulas presenciais, bem como a instituição de um Sistema Nacional de Educação, esta uma proposta que tramita no Senado Federal. Encerrada a apresentação inicial do Professor Heleno Araújo Filho, o Coordenador Geral abriu para as intervenções dos presentes. José Bonfim Ferreira do Prado, da APEOESP, solicitou que refletíssemos acerca do papel social das escolas nesta pandemia; Marcus Ricardo Gonçalves, do FME-Sumaré, perguntou qual o site para acesso às informações da coalisão nacional pelo fim da EC 95; Fábio Santos de Moraes, da CNTE, defendeu que as tecnologias são importantes, mas que jamais substituirão o professor, o aluno e a própria escola, além da derrubada da EC 95, da aprovação do FUNDEB e de ficarmos alertas com relação à possibilidade de continuidade das atividades remotas pós-pandemia; Simone Magalhães, do MST, elogiou a apresentação, dentre outros motivos, pela relação entre Educação e

Economia, pediu que aprofundássemos o debate sobre a importância da Alimentação Escolar neste momento de pandemia e pela possibilidade de validação das horas em atividades remotas; Paulo Roberto Padilha, do Instituto Paulo Freire, defendeu uma melhor articulação com os movimentos de base e uma maior discussão sobre a BNCC e como ela vem fragilizando a educação pública. Aproveitou o ensejo e anunciou o Movimento Rumo ao Centenário de Paulo Freire (2021); João Palma Filho, da ACEP, defendeu que estamos em uma conjuntura nova que enseja novos desafios ao setor educacional e que, portanto, a EC 95 não se sustenta mais, alertando para a queda do ICMS e pelas dispensas dos profissionais das escolas particulares, acreditando que haverá uma pressão de parte da comunidade escolar pelo retorno às aulas; Nilcéa Fleury Victorino, da FETE, defendeu a distinção entre militantes e terroristas e que o fim do FUNDEB acarretará enormes prejuízos, sendo o fim da educação municipal e, inclusive, a impossibilidade do cumprimento do piso salarial; Reginaldo Soeiro de Faria, da ADIFESP, informou que a legislação não permite o EaD para o Ensino Fundamental e Infantil, e que, portanto, esta nomenclatura não é utilizada pelos sistemas para não acarretar em descumprimento legal e que é necessário pensar em soluções para cursos semestrais, inclusive, no âmbito de formações técnicas e profissionalizantes; Conceição Aparecida Fornasari, da FEPESP, alertou para as demissões no setor privado, em especial, dos profissionais das escolas infantis, e para a exploração dos professores nas escolas de nível superior, que é preciso avançar na regulamentação do EaD no estado e que devemos estar unidos, tanto os setores públicos, quanto privados, além dos Conselhos, Fóruns e comunidade escolar em geral para a resistência. Retornando a palavra para o palestrante, Heleno Araújo Filho defendeu a necessidade de que todos estes debates são necessários com a exigência da participação social e o aprofundamento dos processos democráticos e que a dimensão do aprendizado no ensino não deve ser a única a ser considerada, sendo imprescindível dar importância às dimensões de socialização, de

práticas solidárias e de subjetivação. Pediu que todos e todas acessassem o site www.acabatetodegastos.org.br para colher informações a respeito da defesa do fim da EC 95. Também defendeu que as avaliações sejam realizadas a partir de critérios estipulados e construídos pela própria comunidade escolar, diferentemente do que apregoa o próprio Plano Nacional de Educação, em especial, na sua Meta 7. Comentou que a organização pela base é um grande desafio e necessária, inclusive para acompanhar os Planos Municipais como sugerido para debater nesta reunião, e que o movimento em torno da BNCC está influenciado por interesses privatistas e econômicos, e que é preciso estar atento e mobilizado contra inciativas que fragilizam ainda mais a educação e a educação pública no país. Encerrando sua participação, solicitou a indicação de representantes do FEESP para participarem da reunião virtual do pleno do Fórum Nacional Popular de Educação e agradeceu pela oportunidade, convidando a todos e todas para contribuírem na pesquisa apoiada pela CNTE que busca entender o panorama nacional e estadual da atual situação em que os docentes estão passando frente à pandemia. **2 – Apresentação de Dados do DIEESE com relação ao FUNDEB e debates com Thiago Fontes** – Dando início ao segundo ponto de pauta, o Coordenador Geral passou a palavra ao técnico do DIEESE, Thiago Fontes, que saudou a todos e todas e fez uma apresentação acerca do “FUNDEB e a Pandemia”. Nesta apresentação foi informada como se dá a composição de recursos para o fundo, dando uma ênfase ao ICMS, que significa mais de 84% do total. A seguir, demonstrou a queda na arrecadação deste imposto por parte do Governo do Estado, chegando a prever uma queda de 30% até o fim do ano, em relação ao ano passado, o que impactará sensivelmente no financiamento da educação. Encerrando a apresentação, apresentou dados sobre os prejuízos e impactos nas redes de ensino com o provável fim do FUNDEB, no Brasil, por região e no estado de São Paulo. Thiago Fontes se colocou à disposição e disse que disponibilizará esta apresentação em arquivo digital para o FEESP. Aberta a palavra aos presentes, Maria de

Fátima Barbosa Abdalla, da ANFOPE, defendeu que o FEESP necessita tomar posições e que estas decisões devem circular nas redes das entidades, órgãos e movimentos que compõem o Fórum; Lúcia Helena Maia Cotomacci, da APAMPESP, defende a inclusão dos servidores inativos no novo FUNDEB e ressalta que a Educação deva ser vista como investimento e não como gasto; Jhonatan Alencar informou que participou de uma pesquisa que tem como um de seus focos os projetos de lei que tratam do novo FUNDEB e, a pedido do Thiago Fontes, estará repassando os resultados da pesquisa para contribuir no conjunto de informações já produzidas pelo DIEESE. **3 – Solicitações feitas junto ao FEESP** – O Coordenador abriu a palavra ao Professor Enéas Machado, da SEDUC-Santos, que informou atuar junto ao Sistema Municipal de Ensino do Município de Santos, como Supervisor de Ensino há algum tempo. Desde o ano passado, compôs a Comissão da EJA, junto à SEDUC-Santos e contribuiu na articulação e validação das políticas públicas para esta modalidade. Ocorre que, com a situação de pandemia instaurada, houve a articulação das atividades presenciais na EJA interrompidas. Durante o isolamento social, a SEDUC-Santos organizou-se para o atendimento remoto ao público da EJA em todas as perspectivas possíveis. Ocorre que, neste período de tempo, aguardou-se a manifestação do Conselho Nacional de Educação - CNE sobre a referida modalidade e considerando o atual *status quo*. Na sequência, o CNE pronunciou-se sobre a organização pedagógica nestes tempos, porém não houve elocuções expressas acerca da EJA, nem óbice do CNE com respeito à carga horária determinada pela esfera federal, ou mesmo a sugestão de outras possibilidades, caso os sistemas não consigam cumpri-la. A reconfiguração da EJA, neste processo, não foi discutida. Lembrou que a EJA é comumente estruturada em semestres (100 dias letivos com uma carga horária de 400h), conforme os ditames legais estabelecidos (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Resolução CNE nº 3/2020 e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos - DCNEJA). Apontou que o primeiro semestre letivo em

curso está se encaminhando para o encerramento e, sua articulação ocorreu, pelo menos nesta fase, e quase que na sua totalidade, pelo viés remoto. Teme-se que, mesmo envidando todos os esforços, não se consiga cumprir as 400h estabelecidas nos semestres letivos habituais, porém não havendo especificações legais para esta modalidade em tempos pandêmicos. Defendeu que a presente questão reverbere, a fim de que os sistemas de ensino no estado de São Paulo, que passam pela mesma situação, possam validar e/ou convalidar o primeiro semestre letivo do ano em curso, sem prejuízos aos aprendentes. Encerrada a apresentação do Professor Enéas Machado, o Coordenador Geral endossou essas palavras e deu sequência, passando para o próximo ponto de pauta. **4 - Encaminhamentos** - O Coordenador Geral, em face de tudo que fora apresentado e debatido nesta reunião, sugeriu os seguintes encaminhamentos: 1- Nota de apoio à aprovação do novo FUNDEB; 2- Nota de rejeição ao Governo do Estado de São Paulo pela não participação da comunidade escolar nas decisões tomadas com relação aos sistemas de ensino frente à pandemia; 3- Ofícios ao GEDUC-MPE e à Secretaria de Estado da Educação acerca da situação da EJA para viabilizar a validação e/ou convalidação do primeiro semestre letivo do ano em curso; 4- Ofício à Secretaria de Estado da Educação para participação do FEESP no Grupo Gestor que trata das questões da Educação neste momento da pandemia, inclusive vislumbrando a construção de protocolos futuramente para o retorno às atividades presenciais. Feitas as sugestões, abriu-se a palavra. Manuela Aquino, do MST, defendeu que os documentos apontem elementos necessários para a continuidade do debate e o que se espera do papel da Educação, bem como ressaltar a importância da Alimentação Escolar, e que irá levar essas informações ao Fórum Nacional de Educação do Campo; Paulo Roberto Padilha, do Instituto Paulo Freire, defendeu que os documentos tenham fundamentação teórica. Não havendo mais quem quisesse falar a respeito, foram colocadas em votação as sugestões de encaminhamento, não havendo quem se posicionasse contra. Sendo assim,

os documentos serão redigidos e enviados a seus destinatários e compartilhados com os membros do FEESP. Em seguida, a partir de indicação do FEESP, representarão o Fórum na reunião virtual do Fórum Nacional Popular de Educação, Nilcéa Fleury Victorino e Leandro Alves Oliveira. **5 – Próxima reunião** – Deliberou-se que uma nova reunião será agendada, também de forma virtual, e que será avisada com antecedência para que todos e todas possam se organizar. O Secretário-Geral, Luis Carlos Gonçalves, anunciou que a ata será encaminhada como de praxe e, com o apoio da equipe técnica, anunciou as entidades representadas participantes desta reunião, a saber: ACEP, ADIFESP, AEMG, ANFOPE, ANPED, APAMPESP, APASE, APEOESP, CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, CEETEPS, CNTE, CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA, CRECE, CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, CUT, EVESP, FDE, FEPESP, FETAM, FETE, FORÇA SINDICAL, FÓRUM EJA, FME-CAMPINAS, FME-SUMARÉ, FRE-ABCDMRR, FUNDEB EM FOCO, IPF, TODOS PELA EDUCAÇÃO, MST, SBPC, SEDUC-SANTOS, SEE-SP, SINDSEP, SINESP, SINTESP, SENAC, SUNTUNESP, UMB, UDEMO, UNCME e UNDIME. Nada mais havendo a tratar, o Coordenador deu por encerrada a reunião e a presente ata foi lavrada e, após ser aprovada pelo pleno do FEESP, será assinada pelo Coordenador Leandro Alves Oliveira e pelo Secretário Executivo, Luis Carlos Gonçalves.